



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**ESCOLA BILÍNGUE PORTUGUÊS/ESPAANHOL NO
CONTEXTO DA GESTÃO EDUCACIONAL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Caroline Alves Soler

**Cruzeiro do Oeste, PR, Brasil
2009**

ESCOLA BILÍNGUE PORTUGUÊS/ESPAÑHOL NO CONTEXTO DA GESTÃO EDUCACIONAL

por

Caroline Alves Soler

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Cruzeiro do Oeste, PR, Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**ESCOLA BILÍNGUE PORTUGUÊS/ESPAÑHOL NO
CONTEXTO DA GESTÃO EDUCACIONAL**

elaborada por
Caroline Alves Soler

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Alexandra Silva dos Santos Furquim, Ms.
(Presidente/Orientadora)

Sueli Menezes Pereira, Dra. (UFSM)

Oséias Santos de Oliveira, Ms. (UFSM)

Cruzeiro do Oeste, 18 de dezembro de 2009.

EPÍGRAFE

Tantos países, duas grandes línguas.

Jorge De Senna (1988)

DEDICO...

À minha família, especialmente
aos meus pais Gerson e Valmira
e meus amores Adriano e Ásafe.

AGRADEÇO...

A Deus, por todas as bênçãos que tem me proporcionado,

Ao meu querido marido e ao meu amado filho Ásafe, pelo amor, carinho e paciência na realização de meus sonhos,

Aos meus amados pais pelo constante incentivo,

Ao prof. Dr. Reinoldo Markezan e à profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim, pela paciência e grande competência na orientação deste trabalho, considerando os prazos que lhes foram concedidos,

À todos que contribuíram direta ou indiretamente, para a concretização desse estudo.

RESUMO

Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

ESCOLA BILÍNGUE PORTUGUÊS/ESPANHOL NO CONTEXTO DA GESTÃO EDUCACIONAL

AUTORA: CAROLINE ALVES SOLER

ORIENTADORA: PROF^a. MS. ALEXANDRA SILVA DOS SANTOS FURQUIM
Cruzeiro do Oeste/PR, 18 de dezembro de 2009.

O presente estudo propôs uma reflexão da relevância do ensino e aprendizagem bilíngue português/espanhol desde as primeiras séries da Educação Básica, visando a sua contribuição na formação sócio-cultural do discente. Trata-se de um estudo bibliográfico que permeia questões inerentes aos aspectos da Gestão Educacional e da Gestão Escolar, sob uma perspectiva democrática, interligados às questões do ensino e aprendizado bilíngue, vinculando às reais necessidades e características da instituição escolar. Por meio da abordagem teórica, principalmente, de Lev Vygostsky (2000, 1998), Heloísa Luck (2006), entre outros, considera-se que uma escola bilíngue contribui para que seus alunos sejam críticos e participativos na sociedade, de modo a respeitar e compreender melhor as características da cultura e costumes alheios a sua nação.

Palavras-chave: Gestão Educacional. Bilinguismo. Ensino e aprendizagem.

RESUMEN

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

ESCUELA BILÍNGÜE PORTUGUÊS/ESPANHOL EN EL CONTEXTO DE LA GESTIÓN EDUCACIONAL

AUTORA: CAROLINE ALVES SOLER

TUTORA: PROF^a. MS. ALEXANDRA SILVA DOS SANTOS FURQUIM
Cruzeiro do Oeste/PR, 18 de diciembre de 2009.

El presente estudio propuso una reflexión acerca de la importancia del aprendizaje y enseñanza bilíngüe português/español desde los primeros grados de Educación Básica, buscando su contribución a la formación socio-cultural de los estudiantes. Este es un estudio bibliográfico que incluye cuestiones relativas a aspectos de la Gestión Educativa y de la Gestión Escolar, bajo una perspectiva democrática, interconectados a las cuestiones de la enseñanza y el aprendizaje bilingüe, vinculado a las verdaderas necesidades y características de la institución escolar. A través del análisis teórico, especialmente de Lev Vygotsky (2000, 1998), Heloisa Luck (2006), entre otros, se cree que una escuela bilingüe contribuye a que sus alumnos sean críticos y participativos en la sociedad, a fin de respetar y comprender mejor las características de la cultura y costumbres ajenos a su nación.

Palavras clave: Gestão Educacional. Bilingüismo. Enseñanza y aprendizaje.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEL – Centro de Estudos de Línguas

CNA – Centro Cultural Norte Americano

DELE – Diploma de Espanhol como Língua Estrangeira

DELEBRA – Diploma de Espanhol como Língua Estrangeira para Brasileiros

FECLE – Faculdade de Educação, Ciências e Letras Don Domênico

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

PPP – Projeto Político Pedagógico

UFMS – Universidade Federal de Santa Maria

UNISANTA – Universidade Santa Cecília

UNISANTOS – Universidade Católica de Santos

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	ix
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I – A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA NO MUNDO	05
1.1 A questão da língua	05
1.2 Das diferenças fonéticas e lexicais	14
1.2.1 Do Português	14
1.2.2 Do Espanhol.....	17
CAPÍTULO II – A GESTÃO EDUCACIONAL E A ESCOLA BILÍNGUE	21
2.1 A Gestão Educacional.....	21
2.1.1 A Escola Bilíngue no contexto da Gestão Educacional.....	22
2.1.2 A Gestão Escolar e as características da Escola Bilíngue	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	36
ANEXOS	38
ANEXO I	39
ANEXO II	41
ANEXO III	42

INTRODUÇÃO

Ao observar a Educação nos dias atuais, percebe-se a necessidade de uma dinâmica diferente daquelas adotadas ainda há poucos anos. As pessoas de modo geral se portam de maneira diferente. A vida adquiriu uma cultura imediatista e consumista, o que contraria o modo através do qual era conduzida antigamente. Isto ocorre devido aos inúmeros afazeres do cotidiano, em que o ser humano visa o consumo imediato de diversos produtos com vistas no futuro e acaba deixando de viver o presente.

Esta cultura imediatista é refletida nas crianças, jovens e adultos em sala de aula, e na escola de modo geral. Desta forma, o processo de ensino-aprendizagem tradicional, sem novidades e ocioso, deixa lacunas na Educação que precisam ser preenchidas através de outros recursos.

Meu interesse pelo aprendizado da língua estrangeira espanhola decorre do momento em que surgiu a rica oportunidade de estudá-la gratuitamente no Centro de Estudos de Línguas (C.E.L.),¹ concomitantemente ao período que cursava o Magistério, também em uma escola da rede estadual. O curso teve, e ainda tem, a duração de três anos e foi ministrado por excelentes profissionais.

Após concluir o curso de Língua Espanhola, iniciei a graduação em Letras com habilitação em português e espanhol, com vistas na possibilidade de poder lecionar o referido idioma em escolas de ensino fundamental e médio, tanto públicas quanto privadas, inclusive no próprio C.E.L. Conclui o curso em 2002 pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) e em 2003 ingressei no curso de Pedagogia da mesma instituição, concluindo-o em 2005.

Durante o último ano do curso de Letras, realizei a prova de proficiência do Diploma de Español como Lengua Extranjera Nivel Superior (DELE), que acontece todo ano no Colégio Miguel de Cervantes em São Paulo, avaliação esta reconhecida pela Universidad de Salamanca/España, de onde é expedido o mencionado diploma. Também no mesmo ano fiz outra prova de proficiência para a obtenção do Diploma de Español como Lengua Extranjera para Brasileños (DELEBRA), já este diploma é expedido pela Universidad de Valladolid/España em convênio com a Word University situada na Argentina, também em nível Avançado/Superior.

¹ Projeto da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo voltado para alunos da rede pública.

Antes de concluir o curso de Letras, já atuava lecionando a língua espanhola em algumas escolas, principalmente nos chamados “cursos livres” (CNA, Interchange Idiomas, etc...), mas os melhores convites em escolas de ensino fundamental e médio vieram logo que concluí os estudos em 2002. Desde então, leciono espanhol e tenho buscado aperfeiçoamento através de cursos de extensão em Língua e Cultura Espanhola, a fim de obter melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Como professora convidada pela Universidade Santa Cecília (UNISANTA), ministrei aulas de língua espanhola no curso de extensão universitária. Lecionei para grupos de estudos preparatórios para provas de proficiência em nível de mestrado, além de desenvolver cursos para a preparação de pretendentes às provas do DELE, em nível básico, intermediário e avançado.

Em 2004 fui convidada para lecionar o idioma espanhol no curso de turismo em nível superior, no qual atuo até o presente momento.

Os estudos na área da Pedagogia vieram para enriquecer meu conhecimento e indicar novas perspectivas de atuação profissional, como a Gestão e a Orientação Escolar. Fui aprovada em um concurso para professor-coordenador pedagógico da Rede Estadual de Ensino de São Paulo no ano de 2005, mas devido à falta de disponibilidade em horários, optei por não assumir a função. No ano de 2007 fui aprovada em um concurso público para Orientador Educacional da Prefeitura Municipal de Cubatão/SP.

Iniciei o curso de mestrado em “Formação de Professores de Espanhol como Língua Estrangeira”, à distância, pela Universidad de León, situada na Espanha, porém, devido a problemas de ordem familiar precisei trancar a matrícula. Logo em seguida, cursei duas disciplinas como “aluna ouvinte” do curso de mestrado em Língua e Cultura Espanhola e Hispano-americana da Universidade de São Paulo (USP).

Há três anos também surgiram convites para a atuação como professora de língua portuguesa e disciplinas de cunho pedagógico, como Pesquisas e Práticas Pedagógicas ou Comunicação e Expressão, por exemplo, no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação Ciências e Letras Don Domênico (FECLE) desafio que tem sido muito produtivo e enriquecedor na minha vida pessoal e profissional.

Após estes quase onze anos de trajetória na área educacional, acredito que uma escola bilíngue, se bem estruturada, pode levar a seus alunos um aprendizado

diferenciado, além de contribuir positivamente para o futuro pessoal e profissional dos estudantes.

Como professora de língua espanhola, percebo que um aluno conhecedor da cultura de outrem, pode tornar-se um ser humano melhor, no que se refere à compreensão e respeito aos outros, independente do credo, da cultura, da etnia, entre outros, especialmente se ao jovem lhe são apresentadas desde cedo todas estas diferenças. Isto quer dizer que uma escola nestes moldes deve capacitar seu alunado a obter uma melhor formação de vida, pois, um aluno que cresça compreendendo os valores e culturas de outros lugares, pode ser considerado melhor preparado para saber ouvir o outro, compreender melhor o seu próprio idioma, ter o valor de sua identidade cultural mais fortalecida, além de ter a rica oportunidade de ampliar o seu rol de comunicação (nos dois referidos idiomas). Acredito que uma escola bilíngue abre portas para o entendimento e conhecimento de outras culturas, contribuindo para que o corpo discente e docente de uma instituição aprecie e respeite a cultura de pessoas residentes em outros lugares.

Nesse contexto, entendo que o ensino da língua espanhola vem se tornando cada vez mais importante e necessário aos brasileiros. Isto ocorre devido a vários motivos, dentre os quais pode ser apontado o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), além de ser o Brasil um país cuja localização geográfica esteja situada em meio a vários países falantes do idioma em questão.

Após a criação do Mercosul, houve um grande crescimento no que tange à oferta e procura pelo ensino da língua espanhola em cursos de idiomas do Brasil. Em seguida, o referido idioma conquistou espaço na grade curricular de algumas escolas de ensino fundamental e médio existentes no país, sendo que hoje o seu ensino tornou-se obrigatório através da lei n. 11.161 sancionada aos 21 de agosto de 2005 pelo atual Presidente da República.

Compreendo que uma escola bilíngue pode oferecer aos seus discentes muitos diferenciais, no que diz respeito a sua formação pessoal, colaborando para um melhor convívio na sociedade de modo geral.

Percebo também que o ensino bilíngue pode aumentar as oportunidades de o aluno interferir em seu futuro, uma vez que o domínio fluente de um segundo idioma facilita a aprendizagem de outros idiomas e proporciona mais competência e liberdade ao aluno para escolhas profissionais.

Sendo assim, este trabalho objetivou a reflexão da relevância do ensino-aprendizagem bilíngue na educação básica e suas interfaces com a gestão educacional.

A compreensão de que a gestão educacional de uma instituição bilíngue pode levar o aluno à descoberta de novas realidades, perspectivas e opiniões em um processo de enriquecimento mútuo, estabeleceram os objetivos específicos do presente trabalho.

A pesquisa possuiu uma abordagem qualitativa, caracterizada como bibliográfica, de acordo com Severino (2000) e Flick (2004).

Para subsidiar teoricamente o estudo, foram utilizados os trabalhos de Lev S. Vygotsky (2000,1998), que destaca o papel do contexto histórico e cultural nos processos de desenvolvimento e aprendizagem, sendo chamado de sócio-interacionista. No que se refere à aprendizagem significativa foram abordadas algumas afirmações de Marco Antônio Moreira (1997), ao discutir a questão de que os novos conhecimentos adquiridos estão relacionados com o conhecimento prévio que o aluno possui, retomando aspectos da abordagem vygotskyana. No campo da gestão educacional foram utilizados os estudos de Heloísa Luck (2006), com o intuito de fazer a relação da escola bilíngue com os aspectos da gestão educacional.

Acredito que uma escola bilíngue contribui para a construção de um ambiente propício à formação de pessoas autônomas, críticas e participativas, antecipando formas de inserção de seus alunos no âmbito das relações sociais, da cultura e do trabalho com vistas ao respeito e ao entendimento da diversidade cultural existente entre os idiomas em questão.

Capítulo I

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA NO MUNDO

1.1 A questão da língua

No continente americano, encontram-se diferentes idiomas oficiais, dentre os quais cita-se como exemplo o inglês e o francês. Entretanto, este trabalho enfatizará os países de língua espanhola, situados em parte da América do Norte (México), América Central e parte da América do Sul.

Sabe-se que o continente americano é fruto da colonização europeia, sendo assim, a língua portuguesa e a língua espanhola são os idiomas oficiais falados na América Latina devido aos portugueses e aos espanhóis terem sido os colonizadores dessas terras. Contudo, ao averiguar a história do descobrimento, a partir do descobrimento da América (1492) até chegar ao descobrimento do Brasil (1500), percebe-se que muito antes de ser consumada a colonização, já havia um povo que habitava nestas terras, e que inclusive possuía sua própria cultura, sua maneira de se comunicar ou expressar os seus costumes.

No artigo jornalístico “Guaraní, lengua oficial del Paraguay”² percebe-se que o Paraguai é um dos poucos países a conservar sua origem linguística como idioma oficial, podendo ser considerado um país bilíngue, já que a maioria dos paraguaios não só falam a Língua Espanhola, como também, o idioma Guaraní:

² Conforme Anexo I.

(...) Si es paraguayo 'natural', es decir, nacido en esta tierra, resulta un tanto anormal que no haya aprendido la lengua de su comunidad nacional, hablada, como veíamos, por más de 87% de sus conciudadanos. El paraguayo natural que no habla guaraní es que en alguna época de su vida, por circunstancias probablemente ajenas a su decisión, se ha encontrado aislado de la comunicación general con su pueblo (...) En muchas circunstancias de la vida, esa persona que no sabe guaraní se verá en situaciones embarazosas. (MELIÀ, 2001, p. 142-143)

Desta forma, pode-se observar que o Paraguai não perdeu sua identidade original, dando respaldo a quem queira afirmar, que um paraguaio não sabedor ou não conhecedor do idioma Guarani, é como um estrangeiro em seu próprio país, embora esta língua seja usada apenas em situações que requeiram o uso da linguagem informal na sociedade.

Cabe ressaltar, contudo, a existência de outras línguas indígenas faladas na Hispanoamérica, como por exemplo, o Aimara, o Arahuaço, o Araucaño, o Caribe, o Chibcha, o Quechua, o Maia, línguas familiarizadas com o Maia, o Nahuatl e Uto-asteca, o Tupi-guarani, sendo falado inclusive em algumas regiões do Brasil, entre outras línguas.³ Porém, apesar da existência de todas as línguas supracitadas faladas na América Latina, não são elas plenamente reconhecidas, restringindo-se apenas a serem usadas em tribos isoladas, regiões distantes e pouco divulgadas, por um povo que insiste em mantê-las vivas. Todavia, talvez se possa afirmar, que este povo esteja ciente de que tais línguas tendem a serem extintas definitivamente. Pois, de acordo com as informações transmitidas pelos noticiários e jornais da nossa atual realidade, a raça indígena está se tornando cada vez mais extinta, quase não tem reconhecimento social e vem sendo muito discriminada pela sociedade na qual habita. Tendo em vista este parecer, pode-se deduzir que é só uma questão de tempo, para que os índios “desapareçam”, e deixem somente suas tristes e sofridas histórias a serem contadas e exploradas por estudantes e pesquisadores.

Ao analisar a conquista da América, pode-se perceber que os colonizadores “impuseram” aos indígenas sua própria cultura, costumes e inclusive a própria língua, não respeitando e subestimando a identidade dos mesmos. Não consideraram o fato de que os índios sabiam organizar as suas próprias vidas, talvez até mesmo com mais habilidades que o homem branco, pois conviviam diretamente com a beleza e perigos que a natureza oferece, enfrentando-os a peito aberto. Curiosamente, observando o texto “Barroco y América Latina” de Carmen Bustillo,

³ Conforme mapa em Anexo II.

compreende-se melhor esta afirmação sobre a organização da vida dos indígenas, que já tinham o seu ritmo, o seu próprio cotidiano, porém, que fora totalmente mudado após a chegada da corte européia.

(...) Según Luis Alberto Sánchez, en las antiguas culturas americanas se dan predominantemente dos tendencias: una de sobriedad y racionalismo, como la incaica, y otra 'de textura complicada, arabesca y meridional', como la azteca y la maya. Esto es para él, quizás un poco esquemáticamente, un rasgo barroco, entendiendo por barroco un elemento 'consustancial' a cierto modo de ser social e individual... Y vale anotar que precisamente en la visión de mundo se pueden encontrar algunos importantes indicios sobre posibles analogías entre el Barroco y las culturas indígenas americanas. Dentro de esta línea son dignas de mención las proposiciones del profesor Rorggiano respecto a un 'barroco indígena' que habría surgido de motivaciones distintas a las del europeo, esencialmente de un diferente concepto de realidad donde habría prevalecido lo intuitivo y lo mágico. (BUSTILLO, 1988, p. 68)

Este diferente conceito de realidade, no qual prevalecia o intuitivo, o mágico e o fantástico, não foi respeitado pela corte, que por sua vez o manipulou com as mais sagazes intenções de ludibriar os índios, a começar pelas suas crenças no sobrenatural.

Sabe-se que o homem vive na constante busca pelo domínio do meio, do mundo e do espaço em que vive. Segundo Eni Pulcineli Orlandi, o domínio ou a conquista se concretiza através da linguagem.

O homem procura dominar o mundo em que vive. Uma forma de ele ter esse domínio é o conhecimento. Esse é um 'dos' motivos pelos quais ele procura explicar tudo o que existe. A linguagem é uma dessas coisas. Ao procurar explicar a linguagem, o homem está procurando explicar algo que lhe é próprio e que é parte necessária de seu mundo e da sua convivência com os outros seres humanos. (ORLANDI, 1986, p. 07)

Por meio desta afirmação de Orlandi, observa-se que toda a questão da colonização, bem como o desrespeito com a cultura indígena, obviamente esteve relacionada ao domínio. Isto significa que se os colonizadores europeus conseguissem impor a língua proveniente de sua nação ao povo indígena, estariam impondo a eles sua própria identidade. Portanto, conclui-se que os colonizadores dominariam por completo este povo em virtude da língua falada e escrita, abolindo os costumes e cultura que tinham antes do descobrimento. Tudo em nome da conquista.

Vê-se que na época do descobrimento, os indígenas foram considerados desatualizados perante a civilização européia, devido ao comportamento “diferente” que possuíam, uma vez que a Europa fora colonizada e socializada vários anos antes em comparação ao solo americano. Contudo, deve-se ressaltar que esta raça vivia de acordo com a realidade a qual tinham acesso na época em que os colonizadores aportaram em solo americano. Talvez, a nação européia, também provenha de um início considerado “não civilizado” pela sociedade, até atingir os padrões de civilização atuais.

É lamentável poder constatar que esta questão do domínio e de conquistas, trouxe tanta dor e sofrimento às pessoas que nestas terras habitavam no momento em que ocorreu o descobrimento. A questão da colonização, da sede de domínio, fez com que pessoas incumbidas de comandar as navegações, agissem de um modo, que pode ser considerado até mesmo, desumano.

De acordo com Tzvetan Todorov, em seu texto “A Conquista da América” (1991), os índios se restringiam somente ao local no qual habitavam, talvez sem intenções de conquistar novas terras, sem ambições.

O fato de terem sido os espanhóis os que atravessaram o oceano para encontrar os índios, e não o inverso, já anuncia o resultado do encontro; os astecas não se expandem mais além na América do Sul ou na América do Norte. É impressionante ver que, na América Central, são precisamente os astecas que não querem comunicar-se nem mudar nada em seu modo de vida (as duas coisas freqüentemente se confundem)... (TODOROV, 1991, p. 107)

Percebe-se, portanto, que os índios se isolavam em suas tribos, possuindo todas as características de um regime socialista, em que cada um cuidava do seu espaço sem se intrometer no espaço alheio. Pode-se dizer que os indígenas prezavam e ainda prezam pelo respeito mútuo, muito mais que o homem branco, não havendo diferenças sociais. Eles possuem, também, uma grande crença religiosa, e atribuem a todos os fatos e acontecimentos o querer dos seus deuses.

Segundo Todorov, a corte se aproveitou destas crenças religiosas para influenciar os índios e conseqüentemente dominá-los, realizando o possível para mantê-los confiantes de que era a vontade de seus deuses a chegada dos europeus, levando-os a permanecerem certos de que a corte também trazia algo sobrenatural. Em outras palavras, os europeus percorreram caminhos que pudessem deixar os índios confusos e, com isto, enganá-los de fato.

A comunicação, entre os astecas, é, antes de mais nada, uma comunicação com o mundo, e as representações religiosas têm um papel essencial [...] os índios não estão bem certos de que os cavalos dos espanhóis são seres mortais; para mantê-los nessa incerteza, Cortez fará com que sejam cuidadosamente enterrados os cadáveres dos animais mortos, na noite que segue à batalha. (TODOROV, 1991, p. 102-108)

Observa-se ainda no texto de Todorov, que Cortez, homem nomeado para liderar a terceira expedição que chegou a costa americana, planejou minuciosamente a conquista da América. Ele aproveitou-se da falta de conhecimento e até mesmo da ingenuidade dos indígenas, em relação a ele, sendo através da comunicação que passou a por em prática os seus planos.

Assim que fica sabendo da existência do reino de Montezuma, decide não apenas extorquir riquezas, como também subjugar o reino [...] assim, devemos a ele a invenção, por um lado, de uma tática de guerra de conquista e, por outro, a de uma política de colonização em tempos de paz [...] O que Cortez quer, inicialmente, não é tomar, mas compreender; são os signos que interessam a ele em primeiro lugar, não os referentes. Sua expedição começa com uma busca de informação, e não de ouro. (TODOROV, 1991, p. 96)

Em se tratando da comunicação, ou seja, da língua, cabe a seguinte indagação: de que maneira os colonizadores conseguiram dominar o solo americano, uma vez que não compartilhavam o mesmo espírito, o mesmo idioma?

Observando as primeiras frases contidas no segundo capítulo do texto de Todorov, percebe-se que os povos não são completamente diferentes, apesar de não falarem a mesma língua. Portanto, a partir desta afirmação, deduz-se que, de alguma forma, através de gestos ou outros recursos, europeus e indígenas conseguiram atingir um grau de comunicação, de entendimento mútuo.

Não se deve imaginar que a comunicação, entre os espanhóis, seja exatamente oposta à que praticam os índios. Os povos não são noções abstratas, apresentam entre si semelhanças e diferenças. (TODOROV, 1991, p. 95)

O objetivo de Cortez era usar a linguagem para ganhar o solo americano, levando os índios a lhe darem crédito, e, também ganhar a sua confiança. Este objetivo ele alcança fazendo uso da língua, da comunicação:

[...] para Cortez, como vimos, a palavra é um meio de manipular as pessoas, antes de ser reflexo fiel do mundo [...] É definitivamente graças ao domínio dos signos que Cortez garante seu controle sobre o antigo império asteca[...] a linguagem não é um instrumento unívoco: serve igualmente à integração no seio da comunidade e à manipulação de outrem [...] (TODOROV, 1991, p.115)

Com isto, observa-se a importância do bom conhecimento dos signos, do idioma que falamos. Antes de dominar efetivamente o solo americano, viu-se que Cortez tratou de aprender a língua falada pelos índios, após isto, passou a manipulá-los sem que eles pudessem perceber, e quando perceberam, já era tarde demais.

Assim que compreenderam que tinham abusado deles, já que nem encontravam nem os parentes nem pessoa alguma que desejavam e ram, ao contrário, forçados a suportar fadigas e a executar trabalhos duros aos quais não estavam habituados, ficaram desesperados. Ou se suicidavam, ou então resolviam morrer de fome e faleciam de cansaço, recusando qualquer argumento, e até mesmo a violência, para se alimentarem. [...]. Assim pereceram os desafortunados lucayos. (TODOROV, 1991, p.113)

Ao analisar todas estas citações, pode-se constatar a ingenuidade dos índios para com o homem branco, os europeus. Na verdade, talvez se possa afirmar que os europeus os consideravam como sendo animais extremamente manipuláveis, que viviam em um mundo isolado e foram alvo da má índole e ambição de uma nação mais adiantada, que já tinha o domínio dos signos e sabia como usá-los para atingir seu objetivo.

Em outras palavras, pode-se afirmar que os índios se deixaram levar pela força linguística, pela força da comunicação, sendo dominados por não obterem, naquela época, um conhecimento mais avançado. Perderam sem ter ciência da força e do poder que possuíam em mãos. Foram enganados, maltratados e humilhados, podendo ser considerados hoje, uma raça quase em extinção. Uma raça que cedeu o seu lugar ao homem branco, por não conhecer com profundidade os signos, isto é, o próprio idioma, que usavam apenas para falar e não tinham o entendimento, até então, do poder que possui a palavra.

Entretanto, ainda no texto de Todorov (1991), observa-se uma curiosa indagação:

Será que é possível amar realmente alguém ignorando sua identidade, vendo, em lugar dessa identidade, uma projeção de si mesmo ou de seu ideal? Sabemos que isto é possível, e até freqüente, nas relações interpessoais, mas como fica no encontro das culturas? Não se corre o risco de querer transformar o outro em nome de si mesmo, e, conseqüentemente, de submetê-lo? De que vale então esse amor? (TODOROV, 1991, p. 165)

Analisando esta citação, pode-se concluir que os europeus não tinham nada a perder, pois, não lhes interessava a cultura indígena. Então, preferiram de maneira cruel, se apropriar, não só das terras, mas também, de seus habitantes.

Vale ressaltar que após todos estes acontecimentos, Las Casas, o defensor dos índios, defendeu a “pacificação”, buscando um pouco de humanidade dos europeus em relação ao tratamento para com os indígenas, após a colonização (TODOROV, 1991, p. 167). Contudo, este aspecto não será tratado no presente trabalho.

Após todos estes acontecimentos, observa-se no Brasil, uma colonização portuguesa, o que leva a observação de que a nação brasileira é baseada e intrinsecamente relacionada aos padrões portugueses, sendo considerada uma civilização portuguesa. O mesmo ocorre com a América Central e América do Sul, neste caso sendo consideradas civilizações espanholas.

Nesse contexto, José de Alencar (1829-1877) foi no âmago da questão linguística, levantando indagações que talvez possam ser consideradas polêmicas para a sociedade do século XIX. Por meio da instituição do Perfil de Herói Nacional Brasileiro, Alencar pôde valorizar a imagem do índio, trazendo ao povo indígena o reconhecimento devido, após tanta luta e tanto sofrimento como se pôde constatar na história. E, em se tratando da língua, o autor fez comparações que, até então, não haviam sido pensadas, sempre preocupado com a defesa do nacionalismo ou patriotismo, em busca de uma identidade inexistente para o Brasil, até o momento.

No prólogo “Benção Paterna” (1979) do referido autor, observa-se a indagação que se refere à tropicalidade brasileira. Considerando, “a respeito da apofonia, que a transformação mecânica das línguas se opera pela modificação dos órgãos da fala” (ALENCAR, 1979, p.123), como é possível um nativo de uma região tropical, falar, articular e pronunciar as palavras da mesma maneira que um nativo europeu realiza?

Alencar lança esta questão com o intuito de construir a identidade cultural do brasileiro, e, por que não afirmar, como sendo esta indagação uma tentativa de

libertar a sociedade de um jugo que era imposto desde a colonização? Com isto, Alencar torna-se o primeiro escritor a enfrentar este assunto, abordando-o, não apenas em seu nome, mas, em nome de todos os brasileiros. Questão sobre a qual, talvez a maioria das pessoas pensasse e se indagasse, porém, não tinham meios para divulgá-la, ou, até mesmo, não possuíam a devida coragem que teve o escritor ao mencioná-la.

Vale ressaltar, observando o texto de Schwartz, que após Alencar, outros escritores vieram a abordar sobre este tema da questão linguística. Mas, é o escritor Mário de Andrade quem lança a “Gramatiquinha da Fala Brasileira” (1924), tratando da variedade fonética que possui o português brasileiro.

(...) Conocemos así, mayores detalles de un proyecto nunca realizado, la Gramatiquinha da fala brasileira. Anunciada inicialmente ‘como obra en preparación’ en Clã do Jabuti, en 1924, Mário de Andrade afirma años más tarde, en várias cartas, que nunca tuvo intención de escribir dicha gramática, y aclara que se trataba apenas de una estrategia para llamar la atención sobre esta cuestión. Ya en pleno 1922, en su ‘Prefácio interesantísimo’, afirma el autor: ‘A língua brasileira é das mais ricas e sonoras. E possui o admirabilíssimo ‘ão’’. (SCHWARTZ, 1995, p. 40-41)

Mário de Andrade (1893-1945) também refletiu sobre o estabelecimento de uma língua brasileira. Com isto, deu continuidade a questão linguística levantada por José de Alencar. Alguns anos mais tarde, Mário de Andrade reconhece fraternalmente Alencar, como seu amigo e irmão de jornada, como pode-se observar no ensaio de Schwartz.

Outros autores também trataram desta polêmica questão. Dentre eles, Monteiro Lobato (1882-1948), que como se sabe é outro grande escritor da literatura brasileira, sobretudo, no que se refere à obra “O Sítio do Pica-pau Amarelo”, um clássico infantil que é contado ainda nos dias atuais. Esse autor também faz uma curiosa afirmação sobre a língua:

(...) Monteiro Lobato quien, preocupado también por la ‘lengua brasileña’, afirma en pleno 1922 que ‘a nova língua, filha da lusa, nasceu no dia em que Cabral aportou ao Brasil’. En este proceso, hispanofobia y lusofobia andan de la mano. (SCHWARTZ, 1995, p. 34)

É interessante observar a fala de Monteiro Lobato, comparando-a com a afirmação de Juan Bautista Alberdi, feita muitos anos antes desse:

(...) La revolución americana de la lengua española comenzó el día que los españoles, por la primera vez, pisaron las playas de América. Desde aquel instante ya nuestro suelo les puso acentos nuevos en sus bocas y sensaciones nuevas en su alma. (ROSENBLAT, 1960, p. 34)

Desta forma, observa-se que escritores tanto de nacionalidade brasileira, quanto de nacionalidade hispano-americana, preocuparam-se em defender o nacionalismo linguístico de seus respectivos países, desarticulando a mentalidade de que as nações americanas fossem nações sem identidade, isto é, que “usam” a língua dos colonizadores na íntegra desde a época do descobrimento.

É curioso perceber que de acordo com estas afirmações, os idiomas português e espanhol, foram modificando-se, aos poucos, no exato momento em que a primeira expedição aportou em solo americano. Com isto, as línguas passaram a confundirem-se com as línguas indígenas faladas na América naquele momento. Neste caso, observa-se a influência indígena na língua, desde os tempos primórdios.

Vê-se que de acordo com as afirmações acima, a língua tornou-se diferente não sendo mais a mesma falada na Europa. Ou seja, o espanhol passou a não ser mais espanhol quando os falantes desta referida nação chegaram a solo americano, pois, naquele momento a língua indígena passou a influenciar a língua espanhola. Tendo ocorrido o mesmo no que diz respeito à língua portuguesa.

Não se pode dizer que o português falado em Portugal é exatamente igual ao falado no Brasil, pois, embora os portugueses tenham sido os colonizadores destas terras, o ambiente e a cultura brasileira, são diferentes em comparação com Portugal. Pode-se afirmar que é a partir daí que começam a ocorrer as distinções ou divergências linguísticas.

A questão linguística é muito complexa e tem sido muito estudada por filólogos até os dias atuais. É um assunto muito polêmico e riquíssimo, que pode ser avaliado sob a ótica de vários aspectos, que variam desde aspectos históricos, a aspectos condizentes com a fonética de cada idioma. Com isto, a questão da língua fornece a quem queira estudá-la, várias áreas interessantes e curiosas, das quais serão destacadas a seguir, algumas das diferenças fonéticas e lexicais dos idiomas em questão.

1.2 Das diferenças fonéticas e lexicais

Como se sabe, existem muitas diferenças fonéticas e lexicais que ocorrem em um mesmo idioma. As diferenças lexicais dizem respeito às distinções de significados de palavras, isto é, diferenças no vocabulário, que ocorrem entre regiões que falam uma determinada língua. Já as diferenças fonéticas, estão relacionadas aos diferentes sotaques e pronúncias dos falantes de um mesmo idioma que, também, variam de região para região. Isto ocorre, devido as línguas estarem em constante mudança, tanto quanto o homem.

As línguas que possuem esta constante mudança, estando receptivas a inclusões e exclusões léxicas, são chamadas línguas vivas, pois, ainda são postas em prática. E as línguas que não são mais utilizadas, são chamadas línguas mortas. Porém, fazem parte da História da Língua como um todo. Neste caso, pode-se citar por exemplo, a Língua Latina, sendo ela muito importante, pelo fato de ter originado vários outros idiomas.

A seguir serão observadas várias diferenças que ocorrem na língua portuguesa e espanhola, ou seja, diferenças entre o português de Portugal e o português do Brasil, e também, entre o espanhol da Espanha e o espanhol da América. Ver-se-á que muitos vocábulos são utilizados em diferentes contextos ou situações de acordo com cada país, e que tais mudanças ou distinções de significados lexicais e sotaques, não ocorrem apenas variando de uma nação à outra. Pois, no território brasileiro e também no território espanhol, pode-se observar muitas mudanças e distinções que variam de estado para estado, tornando assim, o estudo da língua interessante e curioso.

1.2.1 Do Português

Todos sabem que a Língua Portuguesa é muito apreciável, sendo o idioma oficial do Brasil e de Portugal, e uma das línguas derivadas do latim. Porém, a maioria das pessoas desconhece a história do idioma nos seus respectivos países de origem, bem como a relação com as diversas outras línguas que neles se falavam antes da época do descobrimento e com as que vieram antes e depois da colonização. Sendo assim, torna-se importante ressaltar que a Língua Portuguesa

não é apenas falada nesses dois países, mas também em algumas outras regiões do mundo, como Angola, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Todavia, como já se sabe, tratar-se-á apenas sobre o português falado no Brasil e o português falado em Portugal.

Se a língua portuguesa for analisada com profundidade, se observará que o Português Brasileiro e o Português de Portugal, variam em vários aspectos, sejam eles de variação de pronúncia, de vocabulário ou mesmo de sintaxe. Isto quer dizer que enquanto uma palavra possui um determinado significado aqui no Brasil, em Portugal esta mesma palavra pode possuir um significado completamente diferente, estando dentro de um outro contexto, ou até mesmo, não fazer parte do vocabulário português.

Pode-se citar algumas destas palavras, para respaldar nossa afirmação, como por exemplo, a palavra “abridor”, que em Portugal é “tira-cápsulas”; a palavra “aeromoça”, que em Portugal é “hospedeira de bordo”; a palavra “blusão”, que em Portugal é “camisola”; a palavra “caixa/caixinha”, que em Portugal é “boceta”; a palavra “calcinha” que em Portugal é “cueca”; a palavra “conversível”, que em Portugal é “descapotável”; a palavra “ônibus”, que em Portugal é “autocarro”; a palavra “salva-vidas”, que em Portugal é “banheiro”; a palavra “banheiro”, que em Portugal é “casa de banho”; entre muitas outras diferenças lexicais, existentes entre o português do Brasil e o português de Portugal.

A partir de 1500 quando os portugueses trouxeram o idioma português para o Brasil, pode-se afirmar que uma série de acontecimentos e fatores talvez tenham colaborado para que ocorresse esta variação da língua portuguesa em solo brasileiro, como por exemplo, fatores de distância, clima, costumes, cultura, etc.

No Brasil, todas as vogais são bem pronunciadas, sejam tônicas ou átonas. Já em Portugal, a tendência é de só se pronunciar bem as vogais tônicas. Uma consequência disso é a colocação dos chamados pronomes átonos (me, te, se, o, lhe, nos...), em Portugal, por ter a pronúncia fraca, não se põe o pronome átono no início da frase. Exemplo: dê-me um cigarro. No Brasil é comum dizer: me dá um cigarro; porque não existe nenhuma dificuldade em se pôr os pronomes átonos no início da frase, pois eles são pronunciados no Brasil como se fossem tônicos.

Como se sabe, existem também muitas diferenças semânticas entre o português do Brasil e o português de Portugal. Por exemplo, em Portugal uma “bicha enorme” não é nada mais do que uma “fila imensa”, sem nenhuma outra conotação

que algum brasileiro queira dar. As diferenças semânticas também se verificam em palavras como “estação” e “trem”, que em Portugal são “gare” e “comboio”, entre muitas outras.

Em se tratando das diferenças sintáticas, no Brasil prefere-se o gerúndio "estamos trabalhando"; em Portugal, prefere-se o infinitivo "estamos a trabalhar". No Brasil, há preferência pela forma de tratamento "você"; em Portugal, usam mais o pronome "vos": "Se eu lesse para você" e "Se eu vos lesse". Aqui "falar consigo" é "falar com si mesmo"; já em Portugal "falar consigo" é "falar com você". Em Portugal, é freqüente o uso de "mais pequeno"; no Brasil, aprende-se que o certo é falar "menor", que "mais pequeno" é "errado". Usar "mais pequeno" no Brasil é tão inadequado quanto iniciar uma frase com um pronome átono em Portugal.

Contudo, não é necessário ir tão longe para encontrar diferenças lexicais no idioma português. Pois, no próprio Brasil, encontram-se muitas variações referentes à pronúncia, fonética, semântica e mesmo no vocabulário, ou seja, na significação das palavras.

No Rio de Janeiro, um carioca refere-se a “sinal”, já em São Paulo, o paulista prefere “farol” e no Rio Grande do Sul, o gaúcho usa “sinaleira”; ou o santista refere-se a “média” (pão), o paulista prefere “pãozinho”, já que em São Paulo “média” é um “cafezinho”; ou um paulista refere-se a “garoto”, um gaúcho prefere “guri”, já que para os gaúchos “garoto” é uma palavra pejorativa, significando “bicha”; ou um nordestino refere-se a “confeito”, o santista prefere “bala”; ou um nordestino refere-se a “biliro”, “encarnado” e “diadema”, o paulista prefere “grampo”, “vermelho” e “arco”; e assim por diante. Mas, todos falam do mesmo assunto, isto é, todos se referem a um mesmo objeto ou situação.

A Língua Portuguesa é muito rica. Contudo, o vocabulário do português brasileiro é mais amplo que o de Portugal, tendo em vista que ao nosso foram incorporadas diversas palavras indígenas, principalmente do tupi-guarani, e de origem africanas, uma vez que o colonizador português, a partir de 1500, povoou o Brasil de escravos africanos. Devido a este fator, os negros acabaram aprendendo o português para poder estabelecer uma comunicação com os seus senhores, com isto, trazendo influências de palavras de origem africana para o nosso idioma.

Existem muitas diferenças no léxico da Língua Portuguesa, tanto em nível Brasil/Portugal, quanto no próprio Brasil, as quais podem ser denominadas diferenças regionais. Todavia, além de todas estas diferenças citadas ou

exemplificadas, há diferenças no que diz respeito ao “sotaque” destas regiões. Em Portugal, podemos observar que o idioma é o mesmo, porém, o sotaque é diferente do Brasil. Percebe-se que os brasileiros têm um pouco de dificuldade para entender a pronúncia dos oriundos de Portugal. Pode-se dizer que o falar do brasileiro é mais inteligível, ou seja, trata-se de um falar mais compreensível. Já o português possui uma maneira toda especial de se comunicar.

Esta discussão sobre as distinções entre a fala de Portugal e a do Brasil se mantêm até hoje, devido à riqueza e variedade que possui este tema, porém, que fora abordado um pouco superficialmente nesta ocasião. Em se tratando da gramática da língua portuguesa, sua estrutura continua bem próxima do português europeu.

Sendo assim, pode-se afirmar que as diferenças existentes entre o português de Portugal e o português do Brasil, estão mais relacionadas com o léxico do cotidiano de ambos continentes. O brasileiro incorporou empréstimos de termos não só das línguas indígenas e africanas, mas do francês, do espanhol, do italiano, e até mesmo do inglês. As diferenças linguísticas são naturais, e pode até ser que um dia, a fala do brasileiro chegue a ser considerada um idioma distinto do português europeu. Mas, para que isto ocorra, são necessárias muitas mudanças, pois a questão da língua esta interligada com a questão política e a questão do poder.

1.2.2 Do Espanhol

Atualmente, a Língua Espanhola é falada em quatro continentes: na Europa (Espanha); na América (Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Venezuela, Colômbia, Panamá, Honduras, Costa Rica, Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Porto Rico, República Dominicana, Cuba, México e parte dos Estados Unidos); na África (Marrocos, Guiné Equatorial, Ceuta, Melilha, Ilhas Canárias e Saara Ocidental); e Ásia (Filipinas, onde o seu uso decresce).

O espanhol que se fala nestas localidades apresenta diferenças referentes a alguns aspectos, sobretudo, em relação ao léxico e à fonética. Desta forma, é muito comum que determinada palavra tenha significados distintos em países diferentes ou ainda se desconheça o seu significado em outro, como foi observado no item anterior em relação à Língua Portuguesa. Assim, a pronúncia de um vocábulo

poderá ser diferente se nativos de países distintos a realizam. Serão citados alguns vocábulos para confirmar a veracidade desta afirmação, no que diz respeito à variação no significado das palavras de um mesmo idioma, em diferentes localidades.

Assim, na Espanha, para nomear “metrô”, se fala “el metro”, na Argentina se emprega “el subte”; os espanhóis falam “el autobus”, os venezuelanos empregam “la guagua”, os mexicanos preferem “el camión”, os argentinos dizem “el colectivo” e os peruanos empregam “la gôndola”, todos estes diferentes vocábulos referindo-se a “ônibus”, como se diz aqui no Brasil; na Espanha se fala “el estanco”, na hispanoamérica se emprega “el quiosco de cigarrillos”, para referir-se a “tabacaria”; os espanhóis falam “fresa”, já os argentinos empregam “frutilla”, para designar o vocábulo “morango”; na Espanha se fala “judias verdes”, já na Argentina se fala “chauchas” e no México se emprega “ejotes”, os três vocábulos significam “vagem”; os espanhóis dizem “pastel”, que significa “bolo”, já na Argentina se emprega “torta”; na Espanha se fala “plátano”, para denominar “banana”, como se fala na Argentina; os espanhóis dizem “zumo”, já no México se fala “jugo”, ambas as palavras significam “suco”; o verbo “gostar” na Espanha se diz “gustar”, já na Colômbia se emprega “provocar”; os espanhóis dizem “patatas”, os hispano-americanos preferem “papas”, para designar “batatas”; a palavra “óculos”, na Espanha é denominada “gafas”, na Argentina “anteojos” e no México se emprega “lentes”; os espanhóis se referem a “dinero”, já os hispano-americanos preferem “plata”, que significa “grana ou mesmo dinheiro”; na Espanha se emprega “falda”, já na Argentina se fala “pollera”, para denominar uma das peças do vestuário feminino: “saia”; na Espanha se fala “la comida”, na hispano-américa se referem a “el almuerzo”, para definir “almoço”; os espanhóis dizem “la piscina”, os argentinos falam “la pileta” e os Mexicanos empregam “la alberca”; na Espanha se fala “el campo” e no México se emprega “la milpa”; os espanhóis se referem a “un regalo de cumpleaños”, já os colombianos e venezuelanos empregam “la cuelga”, para referir-se a “um presente de aniversário”; na Espanha se fala que “el teléfono comunica”, já na hispano-américa é empregado “el teléfono está ocupado, como aqui no Brasil”; na Espanha se diz “coche”, na hispanoamérica se emprega “carro” como em português; para expressar que “está tudo certo ou tudo bem”, na Espanha se emprega “¡vale!”, já na hispanoamérica se diz “¡conforme!; ”un tinto” na Colômbia, significa “uma xícara de café puro”, já na Espanha, este mesmo vocábulo é empregado para designar “um

copo pequeno de vinho”; os espanhóis se referem a “la merienda” e no Chile se emprega “las once”, para designar “merenda”, que é um pequeno lanche entre o café da manhã e o almoço precisamente às onze horas da manhã, uma vez que costumam almoçar tarde em comparação com o povo brasileiro; entre muitas outras diferenças que ocorrem nos vocábulos da Língua Espanhola variando de acordo com cada região.

Além de todas estas diferenças existentes no léxico espanhol, observa-se também, as distinções fonéticas que variam de região para região. Por exemplo, a palavra “calle” que significa “rua”. Esta palavra pode ser pronunciada de três formas: “cadje”, “calhe” e “caie”. O pronome “yo”, que significa “eu”, pode ser pronunciado de duas formas: “djô” e “iô”. A letra ou dígrafo “ll” (elhê) é pronunciada como o dígrafo “lh” de português, nas regiões espanholas, e as outras maneiras de pronúncias demonstradas acima, são mais utilizadas na hispano-américa. O mesmo ocorre com a letra “y” (i grega) também demonstrada acima, a pronúncia “dj” é mais usada na Espanha e a outra pronúncia “i”, é mais utilizada na hispano-américa, entre muitas outras diferenças fonéticas existentes no que se refere ao idioma espanhol.

Cabe lembrar também, o sotaque das pessoas que falam a Língua Espanhola, o qual varia de região para região, assim como acontece com os que falam a Língua Portuguesa. Os argentinos, por exemplo, têm uma maneira, considerada muito ligeira de se falar, já os madrilinhos possuem uma forma considerada “tranqüila” de falar. No sul da Espanha, encontra-se um sotaque diferente do resto do país, sobre o qual se pode dizer que possui grande influência árabe, devido a invasão dos mesmos, ocorrida há muitos anos.

Desta forma, percebe-se que a Língua Espanhola também é rica em variações tanto léxicas quanto fonéticas, porém, continua sendo um único idioma, que possui uma mesma base ou origem, independente de todas estas distinções mencionadas.

Atualmente, existem muitos estudos sobre o “Espanhol da Espanha” e o “Espanhol da América”. É interessante observar a colocação de José G. Moreno de Alba em seu texto “El Español en América”.

Los temas que se desarrollarán se refieren, entonces, al español en América, no precisamente al español de América...el uso de ‘en’ en este caso en vez de ‘de’ parece envolver una concepción del español americano como algo ajeno, importado y no creado (o cocreado) por los americanos en su uso diario a lo largo de cinco siglos... (ALBA, 2000, p. 13)

Analisando esta citação, vê-se que estas preposições representam um matiz muito especial na idéia que se quer manifestar com uma ou outra expressão, pois, uma vez independizadas as colônias, apareceu na linguística o conceito de “o espanhol na América”, sendo que esta língua já era dos americanos e não dos espanhóis. A língua espanhola deve ser definida nos países que falam o referido idioma como língua nacional em toda a extensão da palavra e não aceitar que o espanhol americano seja um dialeto, e é aí que entram as diferenças na colocação de uma ou outra preposição.

Vale ressaltar ainda neste item, o texto “Qué Buen Idioma el Mío”, do escritor Pablo Neruda (1974).⁴ Nele, percebe-se a herança mais valiosa deixada pelo colonizador espanhol na época do descobrimento, a Língua.

Qué buen idioma el mío, qué buena lengua heredamos de los conquistadores torvos [...] Se llevaron el oro y nos dejaron el oro... Se lo llevaron todo y nos dejaron todo... nos dejaron las palabras. (NERUDA, 1974, p. 132)

Observa-se neste texto, uma visão positiva, no que diz respeito à colonização, pois, os europeus chegaram ao continente americano em busca de ouro, de riquezas materiais. Porém, ao levarem boa parte de nossas riquezas, acabaram deixando seu próprio idioma, que de acordo com o texto citado, deve ser considerado mais valioso que qualquer outro bem, talvez devido a sua beleza e musicalidade nele existente ao ser pronunciado.

Após essa breve reflexão sobre a influência e importância da Língua para uma nação, quais sejam suas contribuições sociais, políticas e culturais, bem como sua participação no que se refere à formação da identidade com base nas raízes de um povo, parte-se para uma discussão sobre alguns aspectos inerentes a uma escola bilíngue, que propicie ao aluno acesso à língua portuguesa e à língua espanhola simultaneamente, com vistas à formação de um cidadão capaz de compreender a diversidade linguística, histórica e cultural existente no mundo, destacando o respeito ao próximo, bem como a relevância do fortalecimento de sua língua materna, com base no aprendizado de uma língua estrangeira.

⁴ Conforme Anexo III.

Capítulo II

A GESTÃO EDUCACIONAL E A ESCOLA BILÍNGUE

2.1 A Gestão Educacional

Considera-se que gerir significa comandar, estabelecer padrões e critérios a serem seguidos por participantes de uma determinada organização. Assim, a gestão visa consolidação de limites que permite ao grupo caminhar de modo linear, com vistas a um objetivo comum. Como em todo o grupo, encontram-se participantes que não estão de total acordo com algumas regras decididas pela equipe gestora, contudo, tais regras são necessárias ao sucesso e ao bom encaminhamento das propostas do grupo.

Pode-se observar a gestão, não apenas em instâncias públicas do governo ou de um município, por exemplo, mas em todos os grupos que caminham juntos com vistas a um único objetivo, isto quer dizer que ocorre a gestão na família, nas igrejas, e nas mais diversas organizações espalhadas pelo mundo.

No que tange a Educação, a Gestão Educacional é o processo de articulação das diferentes instâncias educacionais do governo (Federal, Estadual e Municipal), relacionadas à elaboração e/ou criação das constituições, leis, regras e atitudes que apóiam a Educação, isto é, a normatização das leis que regem a Educação no país. Observa-se, portanto, que a Gestão Educacional tem por finalidade reger a Educação partindo de uma estrutura maior, ao ser ela o conjunto de leis, normas,

recursos que possibilitam e contribuem para o bom andamento da estrutura menor: a instituição escolar.

Heloisa Luck (2006) em sua obra “Gestão Educacional: uma questão paradigmática”, busca analisar a mudança de paradigmas na Gestão Educacional, ou seja, visa a condução e orientação de questões inerentes à educação e apresenta novas perspectivas ao trabalho gestor, sob a ótica de um paradigma dinâmico e articulador do talento humano coletivo. Contudo, o ser humano apresenta uma imensa dificuldade no que se refere à aceitação de novos contratos, de novos pensamentos ou modelos, enfim, pode-se dizer que ele é avesso a mudanças, tornando difícil a inovação e/ou a implantação de novos métodos em todo e qualquer âmbito profissional.

Ainda segundo a autora, a concepção de gestão está automaticamente relacionada à idéia de cooperação e participação:

[...] conceituar gestão é, vê-la como um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promova a realização, o mais plenamente possível dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso, os objetivos educacionais. (LUCK, 2006, p. 21)

A mudança de paradigmas na educação, não abrange apenas uma questão de novas ideias, mas sim, uma nova ordem de aproximação entre a teoria e a prática através da democratização no ato da tomada de decisões, e para que isto aconteça, torna-se necessária a cooperação mútua de todas as pessoas envolvidas no processo educacional, buscando realizá-lo de modo adequado e coerente, considerando as necessidades reais da comunidade na qual a escola estiver inserida.

2.1.1 A Escola Bilíngue no contexto da Gestão Educacional

Como se sabe, o papel da Gestão Educacional é normatizar as leis que regem a Educação no país. Sob esta perspectiva, encontram-se, também, as regras que estabelecem o ensino da língua estrangeira aos estudantes a partir da Educação Básica.

Na maior parte das escolas brasileiras, o ensino de língua estrangeira se inicia a partir do 6º ano do ensino fundamental, especialmente no que se refere ao currículo de escolas da rede pública de ensino. Esse fato decorre da lei n. 9394/96 que prevê o ensino da língua estrangeira, inserida na parte diversificada do currículo, obrigatória ao aluno, porém de escolha facultativa às escolas. Isto significa que uma porcentagem considerável de crianças em média até 10 (dez) anos de idade fica alheia a conhecimentos sócio-culturais específicos de outras nações, característica que pode interferir na sua formação como ser social capaz de compreender as diferenças do outro desde a tenra idade.

Atualmente, o ensino de língua estrangeira, inclusive da Língua Espanhola, desde as primeiras séries da Educação Básica, já pode ser observado na grade curricular de muitas escolas da rede particular de ensino. Todavia, nem todos os estudantes inseridos em outra realidade social, possuem este privilégio.

De acordo com o contexto político da sociedade atual, tem-se a língua inglesa adotada na grade curricular da maioria das instituições de ensino do Brasil. Contudo, o ensino da Língua Espanhola vem conquistando espaço e, conseqüentemente, pode-se observar cada vez mais o aumento no número de pessoas interessadas em aprendê-la, seja por vontade própria, pela necessidade decorrente do mercado de trabalho, entre outros fatores.

A lei n. 11.161/05 foi sancionada com vistas à obrigatoriedade do ensino da Língua Espanhola no Ensino Médio de todas as escolas do Brasil, sendo facultativo ao Ensino Fundamental. Acontecimento que reforça a importância do ensino/aprendizado do referido idioma na nossa atualidade. Contudo, apesar de a lei dar o prazo máximo para a inserção da Língua Espanhola a partir de 2010, muitas escolas do país já a adotam tanto no Ensino Médio, quanto nas últimas séries do ensino fundamental, o que corresponde aos grupos do 6º ao 9º ano¹, além de se observar o ensino do idioma em questão, também inserido no currículo das primeiras séries da Educação Básica, em algumas escolas da rede privada espalhadas pelo país como já mencionado anteriormente.

No que tange ao Estado de São Paulo, também se verifica o ensino da Língua Espanhola no Centro de Estudos de Línguas (CELS), que foram criados pelo decreto 27.270 aos 10 de agosto de 1987, com o objetivo de propiciar aos alunos do Ensino

¹ 6º, 7º, 8º e 9º ano, se refere à 5ª, 6ª, 7ª e 8ª série do Ensino Fundamental.

Fundamental e Médio, “acesso a diferentes oportunidades de desenvolvimento de novas formas de expressão lingüística, enriquecimento do currículo escolar e acesso a outras culturas contemporâneas”.² Refere-se a um projeto oferecido gratuitamente, em momento adverso ao horário no qual o aluno esteja matriculado regularmente.

O Brasil é um país populoso, falante da língua portuguesa, e um dos poucos rodeados por países falantes da língua espanhola na América do Sul, contribuindo para que o ensino do espanhol seja próspero nesta região, além de ser um dos países integrantes do Mercosul. Pode-se afirmar que um dos motivos que contribuiu para a criação da lei 11.161/05, foi a necessidade constante de comunicação no mundo dos negócios entre o Brasil e países hispano-americanos, mais um aspecto que conduz á percepção da grande necessidade do ensino do referido idioma a estudantes brasileiros de modo geral.

É com base nessa realidade política e social brasileira que será analisada a relevância da expansão de escolas voltadas ao ensino bilíngue no Brasil que ofereçam a Língua Espanhola em parceria com a Língua Portuguesa desde as primeiras séries do Ensino Fundamental.

2.1.2 A Gestão Escolar e as características da Escola Bilíngue

Enquanto o papel da Gestão Educacional é o de estabelecer regras que visem a organização e o bom andamento da Educação no sentido amplo, a Gestão Escolar compreende a real participação daqueles que fazem parte deste processo, ou seja, a participação democrática de professores, alunos, pais, coordenadores, diretores e funcionários, que devem possuir a autonomia necessária para a tomada de decisões relacionadas à identificação e resolução de problemas pertinentes a uma determinada unidade escolar.

O processo de democratização surge no Brasil a partir dos movimentos progressistas após o término da ditadura militar, e está baseado em conceitos básicos para o convívio em sociedade, tais como a cidadania, a dignidade e os direitos humanos, que foram sancionados por meio da Constituição Federal de 1988.

² In: <http://cei.edunet.sp.gov.br/subpages/pedagogicos/educel.htm#1>

O objetivo da democracia é a busca de um ideal que envolva a participação de toda a sociedade. Sociedade esta, que assume seus erros, visando assim o bom convívio e a tentativa da reversão de fatos julgados errôneos pelo todo.

Para o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2002), o reconhecimento da pluralidade humana se faz indispensável para a concretização da democracia, ou seja, é preciso que a sociedade adquira o entendimento de que cada ser humano é diferente um do outro, sendo necessário, portanto, o uso de “regras” ou “combinados” diferenciados para a sociedade. Isto com o intuito de que todos possam ser atendidos e aceitos do modo como são em sua individualidade.

Estes aspectos do processo de democratização passam a ser refletidos diretamente na Educação, o que possibilita a quebra de paradigmas e conceitos outrora defendidos pela sociedade, na qual a Educação era oferecida somente a nobres e burgueses que por sua vez lideravam a sociedade.

Percebe-se, portanto, que a Gestão Democrática da sociedade atual está intrinsecamente relacionada à Gestão Escolar, uma vez que se busca o entendimento e o conhecimento de seus conceitos, para que cada atitude em uma sociedade possa ser considerada democrática e necessária a todos. Sendo as sociedades diferentes e divergentes em seus conceitos, a democracia passa a ser analisada e ditada de acordo com as regras e atitudes consideradas corretas de acordo com os padrões estabelecidos de cada lugar.

Uma Gestão Escolar Democrática compreende a real participação daqueles que, direta ou indiretamente, fazem parte da instituição de ensino. É através desta Gestão Democrática, que ocorre a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), Regimento Escolar, entre outros projetos existentes nas escolas, visando à elaboração de atividades e a construção de competências e habilidades necessárias à determinada comunidade. Para que a participação democrática ocorra em todo âmbito escolar é necessária a conscientização de todos sobre o conceito de democracia, que atualmente não está relacionado somente à Educação, mas aos mais diversos aspectos da sociedade contemporânea.

Para que se concretize a gestão escolar democrática, é necessário um grande equilíbrio da equipe gestora no que se refere à questão de “ouvir” cada membro envolvido neste processo. Uma gestão democrática deve basear-se, principalmente, nas necessidades do aluno e na melhoria da qualidade de ensino.

Inserir um sujeito em uma sociedade crítica é tarefa da Educação, pois através da realização desse trabalho, que é um grande desafio, é que se pode perceber e fazer com que o alunado seja composto de cidadãos críticos e participativos dentro da sociedade em que vivem. Estes cidadãos “globalizados” terão de, por obrigação, estudar durante toda a vida a fim de se mantenham atualizados e membros da sociedade do conhecimento.

A Gestão Escolar da escola bilíngue também deve evidenciar a participação democrática de professores, alunos, pais, coordenadores, diretores e funcionários, que possuam a autonomia necessária para a tomada de decisões relacionadas à identificação e resolução de problemas pertinentes à unidade escolar.

A elaboração do PPP da escola bilíngue, deve obedecer aos requisitos mencionados em lei, ou seja, a participação coletiva da comunidade, com vistas à obtenção de informações e coleta de opiniões, de modo que sejam identificadas quais as reais necessidades da instituição escolar bilíngue, a fim de possibilitar a tomada de decisões quanto às prioridades para a melhoria da qualidade de ensino oferecida aos estudantes.

No que se refere à infraestrutura da escola, deve-se caracterizá-la totalmente bilíngue. Toda a instituição, desde a entrada da escola até as salas de aula, deve conter informações por meio de adornos, cartazes em ambos os idiomas. Deve-se manter um ambiente no qual os alunos sempre percebam e entendam a importância da língua estrangeira, vinculada a importância da sua língua materna, uma vez que o aprendizado bilíngue estimula a compreensão de seu próprio idioma, apoiando o idioma materno sobre o idioma estrangeiro.

Tomando como exemplo a metodologia utilizada no “Colégio Miguel de Cervantes”, escola bilíngue português/espanhol situada no bairro do Morumbi, zona nobre do Estado de São Paulo, os princípios teórico-educativos podem basear-se na atividade auto-estruturante, em que o estudante planeja, executa e reflete sobre uma ação ou conjunto de ações determinadas, bem como na interação social.³

A metodologia de ensino da escola bilíngue pode apoiar-se no Estudo Dirigido, que se fundamenta na ideia de que os melhores resultados do processo de ensino e aprendizagem são obtidos quando o aluno, motivado pelos seus próprios

³ In: <http://www.cmc.com.br/default.asp?PaginaId=3398>

interesses, se empenha na elaboração de um plano de estudo sob a orientação de um professor, que se mantém a distância, porém, assistindo o aluno continuamente.

É um método centrado no processo de auto-instrução do aluno, segundo seu próprio ritmo, realizado em uma situação socializada, que é a sala de aula, sob a assistência pessoal de um professor, que assume uma postura de menor evidência, mas não menos importante e ativa.

Esse método pressupõe:

- A elaboração reflexiva e pessoal do aluno de um tema designado pelo professor;
- O planejamento cuidadoso das tarefas dosadas quanto ao grau de dificuldade que o aluno deve realizar, de forma que elas atendam aos seus interesses e motivação;
- A orientação metódica dessas tarefas pelo professor encarregado da classe.

Observa-se, portanto, que a escola bilíngue não se reporta apenas ao ensino da língua, mas parte de todo o contexto escolar comum, para alcançar a formação social e crítica do corpo discente. Pode-se observar nela um grande diferencial ao compará-la a escolas de ensino regular comum.

As escolas como um todo, adotam o ensino da língua estrangeira de modo compartimentado, nas quais a aprendizagem de uma língua estrangeira está limitada a uma ou no máximo duas aulas semanais. A inserção do ensino de uma segunda língua como característica constante e não compartimentada, contribui de modo positivo para a formação social do aluno, uma vez que se bem encaminhados nesse processo, saberão e compreenderão a importância do respeito à individualidade e às diferenças alheias ao seu modo de vida em dada sociedade de maneira muito mais intensa.

A Gestão Escolar da escola bilíngue deve evidenciar aos seus alunos os aspectos mencionados, bem como estar capacitada para atuar na instituição. Deve estar apta a comunicar-se em ambos os idiomas, especialmente no que se refere aos professores, que ora poderão ministrar suas aulas em português, ora em espanhol, e isso requer um grau de proficiência avançado em ambos os idiomas.

Percebe-se que mesmo em relação à realidade de uma escola bilíngue, a ênfase à importância da formação de um cidadão crítico e participante da sociedade deve se fazer presente a todo o momento, talvez, até de maneira mais destacada se compararmos a uma instituição de ensino comum. Contudo, pode-se afirmar que

isso ocorre devido ao “permanente” acesso a cultura e costumes alheios a sua pátria.

Segundo Vygotsky (1998) o desenvolvimento humano ocorre de fora para dentro, ou seja, o desenvolvimento do indivíduo acontece pelas influências do mundo, da cultura ao seu redor. Deste modo, a aprendizagem ou a formação do indivíduo está diretamente relacionada ao ambiente social em que vive. Assim, o ensino e a aprendizagem dos alunos, deve valorizar todo o conhecimento prévio adquirido por eles através da família e de todo o meio ao seu redor, desde os seus primeiros dias de vida, uma vez que seu aprendizado não se inicia na escola.

O uso de signos conduz os seres humanos a uma estrutura específica de comportamento que se destaca do desenvolvimento biológico e cria novas formas de processo psicológicos enraizados na cultura. (VYGOTSKY, 1998a, p. 54)

Para Vygotsky, é por meio dos signos que o desenvolvimento cognitivo do ser humano acontece, através das trocas de experiências e do contato com a sociedade. Os signos permitem que a memória dos indivíduos permaneça em constante funcionamento, e vão sendo criados à medida que haja necessidade de comunicação entre os pares, que sempre estão de acordo com os acontecimentos histórico-sociais da humanidade.

Retomando uma das abordagens de Marco Antônio Moreira em seu artigo “Aprendizagem Significativa: um conceito subjacente”, observamos a questão sócio-interacionista sob a ótica de Vygotsky.

Para Lev Vygotsky (1987, 1988), o desenvolvimento cognitivo não pode ser entendido sem referência ao contexto social, histórico e cultural em que ocorre. Para ele, os processos mentais superiores (pensamento, linguagem, comportamento voluntário) têm sua origem em processos sociais; o desenvolvimento cognitivo é a conversão de relações sociais em funções mentais. Nesse processo, toda relação/função aparece duas vezes, primeiro em nível social e depois em nível individual, primeiro entre pessoas (interpessoal, interpsicológica) e após no interior do sujeito (intrapessoal, intrapsicológica). [...] Ao invés de focalizar o indivíduo como unidade de análise, Vygotsky enfoca a interação social. É ela o veículo fundamental para a transmissão dinâmica (de inter e intrapessoal) do conhecimento construído social, histórica e culturalmente. (MOREIRA, 1997, p. 25)

Mais uma vez, percebe-se que a importância da influência do meio sobre o indivíduo é fator de grande destaque e não deve ser ignorada no momento da

elaboração de um plano de ensino ou mesmo da proposta pedagógica da escola, por exemplo.

Sabe-se que apesar da visão de vários teóricos da atualidade estar voltada à formação do estudante crítico e autônomo, capaz de saber se colocar frente às diversas situações do cotidiano, e inclusive daquelas ocorridas em sala de aula, há uma grande parte de professores que ainda se preocupa mais com a transmissão de conhecimentos teóricos, do que com a formação do cidadão crítico, enfatizando assim, uma abordagem tecnicista da Educação, quantitativa e conteudista. Isto não quer dizer que o docente da escola bilíngüe não deve preocupar-se com o conteúdo a ser ministrado, mas esse não pode tornar-se o único foco a ser abordado e enfatizado. O professor necessita ser o mediador do conhecimento. Leão (2005) aborda sobre a importância desta questão com base na teoria de Vygotsky:

A criança, ao aprender a usar a linguagem para planejar ações futuras, consegue ir além das experiências imediatas e realizar operações psicológicas bem mais complexas. Isto quer dizer que o professor, segundo Vygotsky, não deve ser apenas o agente transmissor de conteúdos na escola, mas também um mediador que ensine o aluno a pensar, a procurar formas de acesso e reconstrução do conhecimento elaborado. O professor precisa desenvolver uma abordagem que instrumentalize os alunos, tornando-os capazes de interagir com o meio em que vivem. (LEÃO, 2005, p. 116)

Cabe aqui ressaltar a importância da presença do lúdico na aprendizagem da escola bilíngüe. Tal aspecto, sendo aplicado de modo coerente e atualizado nas tarefas do cotidiano escolar, pode levar a criança a uma aprendizagem significativa, uma vez que a aprendizagem lúdica possibilita a aquisição de conhecimentos de maneira dinâmica e participativa por parte dos educandos de modo geral, ainda que sejam adolescentes ou até mesmo adultos.

Por meio da atividade lúdica, podemos observar a influência do externo (grupo social) para o interno (indivíduo), uma vez que a brincadeira permite a interação conjunta entre os componentes de um determinado grupo. Vygotsky (1998a) coloca que a brincadeira é considerada uma atividade social, e que o estabelecimento de regras torna-se fator relevante para a formação do indivíduo, ainda que se trate de uma brincadeira que envolva o imaginário da criança.

O brinquedo cria na criança uma nova forma de desejos. Ensina-a a desejar, relacionando seus desejos a um "eu" fictício, ao seu papel no jogo e na suas regras. Dessa maneira, as maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brinquedo, aquisições que no futuro tornar-se-ão seu nível

básico de ação real e moralidade. [...] o brinquedo cria uma zona de desenvolvimento proximal da criança. No brinquedo, a criança sempre se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além de seu comportamento diário; no brinquedo é como se ela fosse maior do que na realidade. (VYGOTSKY, 1998a, p. 131)

Observa-se, portanto, que a escola deve proporcionar aos alunos uma abordagem significativa, que esteja de acordo com a realidade histórico-social da comunidade, bem como que vise o despertar do interesse e a motivação do seu público-alvo. Cabe ao corpo docente, então, a abordagem de tarefas e estratégias interessantes que possam conduzir o alunado a percepção da necessidade do aprendizado de informações novas, o que ocasionará auxílio ao desenvolvimento individual dos alunos enquanto seres humanos.

No contexto social democrático da atualidade, a escola deve ser uma instituição que permita a participação de todos aqueles que tenham alguma relação com o contexto escolar de uma determinada comunidade. Na escola bilíngue, esta realidade não deve ser diferente, uma vez que todos os participantes da instituição devem contribuir na elaboração da proposta pedagógica da escola, devem ser “ouvidos” para que todas as decisões sejam tomadas de modo democrático com a participação de todos os envolvidos no processo.

A inserção de uma segunda língua além da materna nas séries iniciais do Ensino Fundamental de uma instituição escolar é uma tarefa difícil. Para tanto, a escola não deve enfatizar apenas a questão de melhores colocações futuras no mercado de trabalho, por exemplo, mas sim chamar a atenção para a contribuição ao desenvolvimento cognitivo do aluno, enfatizando sempre a importância da obtenção de novos conhecimentos.

O aprendizado de uma língua estrangeira leva o estudante a refletir sobre o seu próprio meio social, de modo a estabelecer relações entre o estudo do segundo idioma com a sua língua de origem, estimulando modificações em sua própria história através da linguagem, na qual o processo de interação com o meio social se desenvolve.

A interdisciplinaridade, também deve ser praticada entre os atuantes no processo de ensino e aprendizagem da escola bilíngue. Vygotsky considera esta interação entre as disciplinas essencial, visto que “cada matéria ensinada tem uma importância concreta no desenvolvimento mental geral da criança, e que as diversas

matérias diferem no valor que representam para este desenvolvimento geral” (VYGOTSKY, 2001, p. 106).

Percebe-se, portanto, que a inserção de uma segunda língua no aprendizado de uma criança não caracteriza um aspecto negativo ao desenvolvimento escolar, ao contrário, agrega ainda mais conhecimentos e contribui ao desenvolvimento do estudante. A interdisciplinaridade proporciona a aquisição de conhecimentos de modo não compartimentado e leva o aluno a realizar uma transposição dos aspectos cognitivos entre as várias disciplinas, auxiliando assim, no aprendizado futuro.

Os pré-requisitos psicológicos para o aprendizado de diferentes matérias escolares são, em grande parte, os mesmos; o aprendizado de uma matéria influencia o desenvolvimento das funções superiores para além dos limites dessa matéria específica; as principais funções psíquicas envolvidas no estudo de várias matérias são interdependentes [...], conclui-se que todas as matérias escolares básicas atuam como disciplina formal, cada uma facilitando o aprendizado das outras; as funções psicológicas por elas estimuladas se desenvolvem ao longo de um processo complexo. (VYGOTSKY, 1998b, p. 127-128)

Com base nestas afirmações de Vygotsky, pode-se observar que a aprendizagem de uma segunda língua contribui de maneira positiva com o processo de desenvolvimento da criança. Para o teórico, o ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira “abre caminho ao domínio das formas superiores da língua materna” (VYGOTSKY, 2000, p. 354). Ele afirma que o conhecimento da língua materna pode adquirir maiores proporções à medida que ocorre o aprendizado de uma língua estrangeira.

A língua materna é assimilada de forma espontânea pela criança, uma vez que se trata do meio de comunicação decorrente de seu meio social. Já a língua estrangeira costuma ser adquirida através do processo de um processo científico, na qual o aluno a adquire na escola por métodos de ensino propositalmente planejados pelo professor. Na escola bilíngue, cabe ressaltar que o aprendizado da segunda língua, neste caso da Língua Espanhola, deve ser caracterizado da melhor maneira possível, também pelo aprendizado espontâneo, fato que requer grande habilidade em ambos os idiomas da equipe docente.

Vygotsky (2000, p. 354) afirma que a aquisição de um segundo idioma, “permite à criança entender a língua materna como caso particular de um sistema lingüístico, logo, dá a ela a possibilidade de generalizar os fenômenos da língua materna, e isto significa tomar consciência das suas próprias operações lingüísticas

e dominá-las”. A criança faz uso dos seus conhecimentos em língua materna, transferindo-os ao aprendizado do segundo idioma.

Ainda ressalta o fato de que o aprendizado da língua estrangeira deveria ocorrer na infância, devido à maior facilidade encontrada pelas crianças no processo de ensino/aprendizagem.

Basta lembrar o trabalho que dá aprender um idioma e com que facilidade a criança assimila uma língua estrangeira, para ver que neste aspecto os primeiros anos de vida parecem estar concebidos para estudar idiomas. [...]. Convém refletir sobre isso para ver que, no que se refere ao domínio de idiomas, a criança tem, na idade mais precoce, vantagens em relação às crianças de mais idade. Concretamente, a prática educacional de ensinar às crianças, quando pequenas, vários idiomas não atrasa o domínio de cada um deles em separado. (VYGOTSKY, 1998c, p. 39-40)

Isto não significa que um adulto não tenha capacidade de aprender novos idiomas, porém é sabido que a criança possui algumas vantagens em relação às crianças maiores ou mesmo em relação aos adultos, devido a sua memória mais perspicaz.

Sendo assim, pode-se perceber que o estudo de um segundo idioma com vistas na abordagem histórico-cultural, inserido na perspectiva de uma escola bilíngüe, permite o aprendizado contextualizado e auxilia o aprendizado de outras disciplinas, o que pode conduzir o aluno a um processo de aprendizagem mais interessante e significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do presente trabalho, buscou-se uma breve abordagem no que se refere à importância da “Língua” no mundo e pôde-se observá-la como responsável pelas relações interpessoais da humanidade como um todo, bem como seu aspecto referente à questão político-econômica veiculada no mundo.

Foram mencionados alguns subsídios que podem comprovar a questão da “imposição” da língua portuguesa e/ou espanhola àqueles que habitavam o solo americano no momento da colonização, enfatizando a estratégia utilizada pela corte, alcançar o seu grande objeto de conquista: a Língua. Portanto, a língua é muito mais que uma forma de comunicação, ela está relacionada ao poder, isto é, à política e, conseqüentemente, à história da humanidade. Percebeu-se que o fato do colonizador levar ou ensinar o seu próprio idioma aos indígenas, não era um gesto de solidariedade, mas fato inerente ao domínio.

Sob a perspectiva do enriquecimento de nosso trabalho e a apresentação da questão prática do uso da Língua, foram citadas algumas curiosas e divertidas diferenças fonéticas e lexicais, que ocorrem em ambos os idiomas aqui analisados. Neste caso, do Português falado no Brasil e Portugal, e do Espanhol praticado na Espanha e Hispano-América, com vistas ao entendimento da diversidade encontrada na fala de habitantes residentes em diferentes regiões, embora, falantes de um mesmo idioma oficial.

Por meio da lei n. 9394/96, que regulamenta a obrigatoriedade do ensino de uma língua estrangeira a partir do 6º ano do ensino fundamental, salientou-se a importância do aprendizado do referido idioma desde as primeiras séries do ensino fundamental, de maneira simultânea ao ensino da língua materna no Brasil, apesar de não haver, ainda, uma lei que regule a obrigatoriedade do ensino da Língua Espanhola à alunos inseridos nos primeiros anos da Educação Básica.

Destacou-se também a lei n. 11.161/05 que aborda sobre a oferta do ensino da Língua Espanhola aos estudantes matriculados no ensino médio de todas as

escolas brasileiras, com o propósito de demonstrar e enfatizar a relevância do ensino/aprendizado do idioma em questão na atualidade.

Analisou-se a proposta do ensino bilíngue, vinculado à Língua Portuguesa e à Língua Espanhola, com vistas à formação de um cidadão crítico e autônomo, conhecedor de vários costumes inerentes ao seu país de origem e a outros alheios a sua cultura, aspecto que contribui de maneira eficaz para o desenvolvimento sócio-cultural do indivíduo, tornando-o mais crítico e participativo perante a sociedade.

Pode-se afirmar que o foco de uma escola bilíngue é a formação de um ser social em sua totalidade, especialmente no que se refere ao respeito pela diversidade cultural existente entre as nações, contribuindo, deste modo, para um melhor convívio em sociedade, maiores possibilidades de comunicação com o mundo, bem como para a melhor compreensão e entendimento dos valores históricos, políticos, culturais e sociais de seu próprio país. Além de propiciar vantagens no momento de escolhas profissionais futuras.

A equipe gestora e docente de uma escola bilíngue deve estar preparada para poder atuar neste tipo de instituição e, principalmente, saber comunicar-se fluentemente nos dois idiomas, neste caso em língua portuguesa e língua espanhola. Além de priorizar aspectos da aprendizagem significativa, e levar o corpo discente ao aprendizado “espontâneo” da língua estrangeira da melhor maneira possível, assim como acontece na língua materna.

Foi analisada a abordagem vygotskyana que remete ao ensino que compreenda e valorize o conhecimento prévio do estudante, uma vez que ele aprende desde o seu primeiro contato com o mundo, portanto, no momento em que inicia o seu aprendizado na escola, ainda na infância, ele já possui conhecimentos adquiridos no decorrer de sua vida. O teórico enfatiza também a aprendizagem significativa, ou seja, aquela que parte do meio social no qual a criança se insere, para que a escola consiga alcançar o despertar do interesse do corpo discente.

Para enfatizar o pensamento de Vygotsky, também se reportou ao teórico Marco Antônio Moreira, que aborda sobre “Aprendizagem Significativa”, e partilha da mesma visão proposta pela perspectiva vygotskyana. Moreira menciona, também, em seus estudos, a questão da importância da valorização do meio social de um indivíduo na aprendizagem.

Considera-se, assim, que a instituição escolar bilíngue necessita proporcionar a seu corpo discente a aprendizagem significativa, por meio do uso de estratégias

que visem à conquista do interesse dos estudantes. A interdisciplinaridade e o lúdico também são aspectos que devem ser enfatizados no ensino de uma escola bilíngue. A contribuição de profissionais preparados para serem mediadores do conhecimento e propiciarem ao seu público-alvo momentos agradáveis e descontraídos durante o aprendizado torna-se característica indispensável para a instituição.

Espera-se que a aprendizagem de um segundo idioma na escola bilíngue, com ênfase ao ensino da Língua Portuguesa e Espanhola, possa despertar, por meio desta pesquisa, o interesse de futuras e mais aprofundadas investigações, bem como o entendimento de que o aprendizado bilíngue deve ocorrer de maneira livre ou espontânea, como uma “consequência” do aprendizado e não como sendo o foco em questão. De modo que a “Língua” seja uma das características da escola, um diferencial que não pode descartar a relevância de tantos outros aspectos inerentes à educação como um todo, uma vez que a linguagem está em tudo e já possui a sua característica muito bem alicerçada.

REFERÊNCIAS

ALBA, J. G. M. de. **El Español en América**. Fondo de Cultura Económica – 2ª edición corregida y aumentada, 2000.

ALENCAR, J. de. Benção paterna: prefácio a sonhos d'Ouro. In: COUTINHO, Afrânio. **Caminhos do pensamento crítico**. Ed. Americana, 1979. p.115-123.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 14 out. 2009.

_____. **Lei n. 11.161 de 05 de agosto de 2005**. Dispõe sobre o ensino da Língua Espanhola. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. DF, 08 agosto 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 15 out. 2009.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília. DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2010.

BUSTILLO, C. **Barroco y América Latina. Un Itinerario Inconcluso**. Caracas, Monteavila, 1988.

CASTRO, F.; MARÍN, F.; MORALES, R.; ROSA, S. **Curso de Español para Extranjeros Ven 1**. Edelsa Grupo didascalía, S. A., 1997.

LEÃO, J. M. B. S. **O ciclo de desenvolvimento humano e caminhos para o letramento**: o caso de uma escola de Goiânia. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2005. Disponível em: <<http://agata.ucg.br/formularios/ucg/mestrados/educacao/arquivos/7.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2009.

LUCK, H. **A gestão participativa na escola**. /Heloisa Luck. Petrópolis, RJ. Vozes, 2006. Série: Cadernos de Gestão. Vol. III

_____. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MELIÁ, B. Guaraní, lengua oficial del Paraguay. In: **Hacia el Español: curso de Lengua y Cultura Hispánica**. Nivel Avanzado. São Paulo: Ed. Saraiva, 2001.

MOREIRA, M. A. Aprendizagem Significativa: um conceito subjacente. In: **Actas del II Encuentro Internacional sobre Aprendizaje Significativo**. Universidad de Burgos, Espanha, 1997. p.19-44.

NERUDA, P. Confieso que he vivido. In: **Hacia el Español: curso de Lengua y Cultura Hispánica**. Nivel Avanzado. São Paulo: Ed. Saraiva, 2001.

ORLANDI, E. P. **O que é Lingüística**. 9. reimpressão. 1. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

ROSENBLAT, A. A. **Las generaciones Literarias argentines del siglo XIX ante el problema de la lengua**. Revista de la Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires: 1960.

SÃO PAULO. **Decreto Governamental n. 27.270**, de 10 de agosto de 1987.

SCHWARTZ, J. Lenguajes Utópicos. “Nwestra ortografia bangwardista”: tradición y ruptura en los proyectos lingüísticos de los años veinte. In: **América Latina: Palabra, Literatura e Cultura**. – vol. 3. Ana Pizarro (org.) São Paulo/ Campinas, Memorial/ Editorial da Unicamp, 1995. p. 31-55.

SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SENNA, J. de. Literatura brasileira comparada com as literaturas da Hispano-América. In: _____. **Estudos de Cultura e Literatura Brasileira**. Lisboa: Mécia de Senna e Edições 70, 1988.

TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2001. p. 103-117.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.

_____. **Pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998b.

_____. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1998c.

ANEXOS

ANEXO I

Guaraní, lengua nacional del Paraguay

(Bartolomeu Meliá/Paraguay)

La situación lingüística del Paraguay no se marca ni se dibuja con nitidez. Su curso es tan sinuoso y hasta imprevisible como el río Pilcomayo. Más aún; podemos saber algo de su situación actual, pero es bastante problemático saber cuál será el rumbo y situación de su futuro.

Según las cifras del Censo de 1992, es hablante del guaraní el 87% de la población paraguaya. El cuadro estadístico de las lenguas en el Paraguay se presenta de este modo:

Sólo guaraní	37%
Castellano y guaraní	50%
Sólo castellano	7%
Otros idiomas	6%

Si es paraguayo “natural”, es decir, nacido en esta tierra, resulta un tanto anormal que no haya aprendido la lengua de su comunidad nacional, hablada, como veíamos, por más del 87% de sus conciudadanos. El paraguayo natural que no habla guaraní es que en alguna época de su vida, por circunstancias probablemente ajenas a su decisión, se ha encontrado aislado de la comunicación general con su pueblo; esta persona — a veces será toda una familia — habrá considerado de poca monta el comunicarse con el común de los paraguayos. De hecho ha construido su mundo con hablantes de otras lenguas, que como él hablan exclusivamente el castellano, el alemán, el francés o el coreano. Hay que reconocer que hay ambientes en el Paraguay donde no corre el guaraní, como tampoco corre en otros el castellano.

El hecho de no saber guaraní puede provocar en este paraguayo una especie de resentimiento, que se camufla en sentimiento de superioridad. Quienes no saben guaraní fácilmente desarro-



Aborigen guaraní.

llan una actitud agresiva, como si se encontraran ante un obstáculo molesto e inesperado.

En muchas circunstancias de la vida, esa persona que no sabe guaraní se verá en situaciones un tanto embarazosas. Mira con suspicacia al hablante de guaraní — puede ser una persona que él considera “inferior”, como su empleado, su mucama, el peón de la estancia, el pobre de la calle — de quien llega a sospechar segundas intenciones y hasta ocultos manejos. Peor todavía si su dominio del guaraní es muy escaso, que entonces la comprensión a medias le lleva a la risa de bobo o al enfado.

Pero la razón mayor y más profunda para aprender guaraní deriva del hecho de que el no hablante de guaraní se autoexcluye de muchos
50 diálogos, de la relación con sectores amplios de la población y de la comprensión misma de elementos esenciales de su ser paraguayo.

¿No hay en ciertas políticas castellanizantes un sentimiento de desprecio contra una riqueza
55 que no se consigue con dinero, de la que uno no puede apoderarse sin más? Quien se cree *pelota jára*, por su posición económica o su poder político, al no poseer la lengua, quisiera excluir-la del mapa. Si no puede ser mía que no sea de
60 nadie. (...)

→ La lengua guaraní expresa un mundo propio, una historia, una cultura, una manera de aprehender y sistematizar experiencias. No hay que tener miedo en decir que el guaraní
65 tiene su propia figura, sustenta una cultura determinada y se ha desarrollado para expresar un mundo que no es igual al que se dice en castellano. El guaraní corresponde todavía a una forma de vida que yo caracterizaría como una vida
70 indígena vivida por una sociedad nacional: la paraguaya. (...)

El guaraní hablante tiene una lengua de todos los días, que es importantísima para la construcción de la persona humana, sus sentimientos, sus
75 valores, sus relaciones, su memoria y su sociabilidad. La llamada lengua coloquial, por ser la de más uso en la conversación, no es menos estimable. (...) La inmensa mayoría de la humanidad ha vivido con gran dignidad y no poca
80 sabiduría haciendo uso de esa lengua coloquial.

Ciertamente el progreso de los conocimientos y de las artes ha incrementado notablemente los nombres de las cosas y el modo de decirlas. Se crean en todas las lenguas lenguajes especializados de dominio restringido, que no todos poseen. Aun en las mal llamadas “tribus primitivas” existen esos lenguajes especializados, relacionados con frecuencia con la religión y la salud. Los guaraníes poseyeron y poseen en esos
85 dos campos una notable riqueza de vocabulario y un modo de decir poético que despierta la admiración y encanta. (...)

El paraguayo que no aprende en guaraní la cultura paraguaya es fácilmente un extranjero
95 en su tierra.

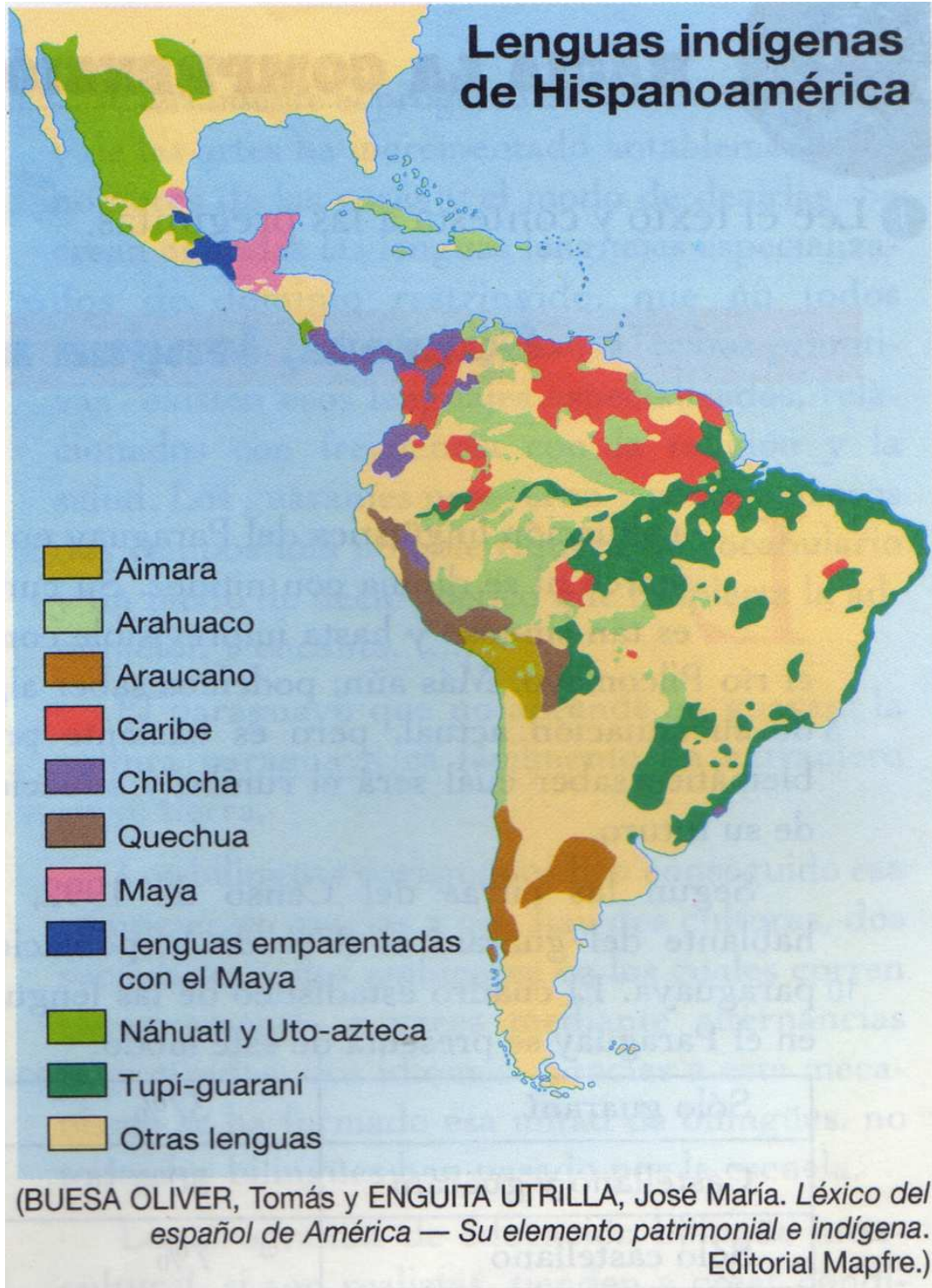
Los bilingües paraguayos han conseguido esa competencia gracias a que hay dos culturas, dos sociedades y dos ambientes en los cuales corren sucesivamente, a veces mediante alternancias
100 muy rápidas, dos idiomas. Gracias a este mecanismo se ha formado esa mitad de bilingües, no todos los bilingües han pasado por la escuela.

Los programas de educación bilingüe intercultural, si son realistas, tienden a crear condiciones y ambientes en que el guaraní y el castellano sean deseados y usados como instrumentos de comunicación provechosa y agradable.
105

Dos lenguas oficiales en el Paraguay son dos lenguas usadas y aprendidas por la mayoría de
110 los ciudadanos paraguayos. Y esto es posible y muy deseable.

(Hispania — Revista Cultural Latinoamericana. São Paulo, Hispania Editora, Año I, n. 4. p. 32-33.)

ANEXO II



ANEXO III

Qué buen idioma el mío

(Pablo Neruda/Chile)

Qué buen idioma el mío, qué buena lengua heredamos de los conquistadores torvos... Éstos andaban a zancadas por las tremendas cordilleras, por las Américas encrespadas, buscando patatas, butifarras, frijolitos, tabaco negro, oro, maíz, huevos fritos, con aquel apetito voraz que nunca más se ha visto en el mundo... Todo se lo tragaban, con religiones, pirámides, tribus, idolatrías iguales a las que ellos traían en sus grandes bolsas... Por donde pasaban quedaba arrasada la tierra... Pero a los bárbaros se les caían de las botas, de las barbas, de los yelmos, de las herraduras, como piedrecitas, las palabras luminosas que se quedaron aquí resplandecientes... el idioma. Salimos perdiendo... Salimos ganando... Se llevaron el oro y nos dejaron el oro... Se lo llevaron todo y nos dejaron todo... nos dejaron las palabras.

(NERUDA, Pablo. *Confieso que he vivido*. Buenos Aires, Editorial Losada, 1974.)

La muy alta e allí esclarecida princesa doña Ysabel la tercera deste nombre Reina e señora natural de España e las islas e nuestro mar. Comiença la gramática que nueva mente hizo el maestro Antonio de Nebrija sobre la lengua castellana. e pone primero el prologo
 Ee lo en buen ora.

Quando bien conmigo pienso muy esclarecida Reina: e pongo delante los ojos el antigüedad de todas las cosas: que para nuestra recordacion e memoria

quedaron escritas: una cosa bállo e fáco por conclusion muy cierta: que siempre la lengua fue compañera del imperio: e de tal manera lo siguió: que junta mente comenzó. crecieron. e florecieron. e despues junta fue la caída de entrambos. Verdades agora las cosas muy antiguas de que a penas tenemos una imagen e sombra de la verdad: cuales son las delos asirios. indos. sicionios. e egipcios: en los cuales se podría muy bien provar lo que digo: vengo a las mas frescas: e aquellas especial mēte de que tenemos mayor certidumbre: e primero a las delos judios. Cosa es que muy ligeramente se puede averiguar que la lengua ebraica tuvo su niñez: en la cual a penas pudo hablar. Y llamo io agora su primera niñez todo aquel tiempo que los judios estuvieron en tierra de egipto. Pero que es cosa verdadera o muy cerca de la verdad: que los patriarcas hablarían en aquella lengua que traxo Abrahám de tierra delos caldeos: basta que descendieron en egipto: e que allí perdería algo de aquella: e mezclarian algo de la egipcia. Mas despues q̄ salieron de egipto: e comenzó a baxar por si mesmos cuando de gēte: poco a poco apartarian su lengua cogida quanto io pienso de la caldea e de la egipcia: e de la que ellos tenían comunicada entre si: por ser apartados
 .a.ii.

Léxico

butifarras: cierto tipo de tripa rellena con carne de cerdo que se prepara principalmente en Cataluña, Baleares y Valencia, en España.

encrespadas: crispadas; se refiere al erizamiento de las montañas de las cordilleras en América.

frijolitos: frijoles, porotos (se come cocido, acompañado con arroz, en Brasil).

torvo: fiero, espantoso, airado, terrible a la vista.

a zancadas: paso largo y rápido por tener las piernas largas.

Instituto de Cooperación Ibero-Americana
 IICA Brasil

Primera página de la *Gramática de la Lengua Castellana*, de Antonio de Nebrija (1492).